

Ata CMDM 13/02/2019

Aos treze dias do mês de fevereiro de Dois Mil e Dezenove, às treze horas, na Casa dos Conselhos, à Rua Comendador Schumann, 337, aconteceu a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Iniciou-se a reunião com a leitura da Ata dos meses de dezembro de 2018 e de janeiro de 2019, que foram aprovadas por todos os presentes. A presidente lembrou o que foi discutido na reunião de janeiro. Simone falou sobre o aluguel da casa para abrir a CDDMI e DEAM, que não deu certo. E que agora o objetivo é transformar a Coordenadoria num Centro de Referência à Mulher. Iniciamos o debate sobre Educação, com a apresentação feita pela Professora Gizelda discursando sobre a redução da taxa de analfabetismo, levantando o questionamento sobre os índices que infelizmente não refletem a realidade. Ela fez a pergunta: Quando falamos de analfabeto, o que pensamos? Como nós caracterizamos o analfabeto? Houve uma resposta de que analfabeto é um cidadão que não lê e não escreve. Gizelda nos apresentou um termo que a maioria no conselho desconhecia que é o Analfabetismo Funcional. Analfabeto funcional são aquelas pessoas que passaram pela escola, mas não aprenderam a se posicionar diante de um texto e saber as ideias principais, relações daquele texto com o contexto, não sabem distinguir fatos de opiniões, pessoas que não compreendem o que leem, não sabem interpretar um texto e nem sabem aplicar aquela informação à sua vida, na vivência diária. Há uma ideia de que a alfabetização ocorre até a 3ª série, porém não é verdade é um aprendizado para a vida inteira. No Brasil há 14 milhões de analfabetos e 35 milhões de analfabetos funcionais. Segundo a Pesquisa do Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa – 15 a 64 anos – 2016. Foi avaliado o domínio das habilidades de leitura e escrita, sendo que: – 4% são analfabetos (não sabem ler e nem escrever) – 23% tem o domínio rudimentar da leitura e escrita – 42% tem um domínio melhor que sabem aprender e podem até saber trocar o que leem – 23% tem um nível intermediário, que vão além de interpretação, são capazes de contextualizar – 8% da população brasileira tem proficiência em leitura e escrita. Atualmente não houve melhoria nestes dados. Analfabeto é cidadão e a preocupação de avaliar a taxa de analfabetismo deve ser ampliada, pois infelizmente temos o índice de 27% de analfabetismo no Brasil, ou seja, 4% analfabetos e mais 23% de analfabetos funcionais. Temos muito que colaborar para a transformação dessa realidade. A Secretária Municipal de Educação (SEMED) informou que: Já há EJA na Escola Municipal Carmo Cascardo, duas salas e vai abrir turmas na Escola Estadual Silvério Sanches, a partir do dia 04 de março. No presídio está sendo negociado as iniciativas da SEMED para dar acesso à educação fundamental para as pessoas que se encontram encarceradas, tanto homens e mulheres, o EJA já acontece lá, mas no presídio de Itajubá só tem homens. Podemos fazer uma entrevista com as mulheres que fizeram o EJA para avaliarmos a evolução delas na escola. Gizelda vai desenvolver um questionário para ser aplicado no curso EJA para avaliar a evolução de conhecimento e empoderamento feminino, ou seja, o que a escola melhorou na vida dessa mulher. Falamos sobre a proposta do Governo Federal em relação ao estudo domiciliar. A escola deve motivar a interação cultural e social das crianças e adolescentes. Se aprovado, provavelmente se tornará mais uma responsabilidade da mulher. Outro assunto

levantado foi que geralmente os melhores professores preferem ficar no centro do que na periferia, devido os melhores alunos estarem naquele local. E que deveria ser o contrário para que esses melhores professores pudessem trabalhar na periferia e mudar a realidade dos alunos que tem mais dificuldade de aprendizado. A profissão do professor está desvalorizada e ninguém quer ser esse profissional. Simone falou sobre a pesquisa do Ministério da Saúde que relata sobre a queda de 10% da taxa de alfabetismo feminino causando a queda da taxa de mortalidade infantil em 16,8%. Trabalho conjunto dos programas de saúde (PSF e ESF). Gizelda comentou que essa melhoria se deu devido ao empoderamento feminino gerado pelo conhecimento. Ministérios assinam Carta de Compromisso visando à Prevenção da Gravidez na adolescência. O conhecimento faz as adolescentes ter condições de escolherem e prevenirem a gravidez, dando continuidade aos seus estudos e empoderando elas. Até pouco tempo as mulheres eram retiradas das escolas muito cedo pelas famílias, por que os pais diziam que a menina não precisava estudar, tinha que trabalhar e casar. E a gravidez na adolescência gera a evasão escolar das adolescentes que tem que cuidar e prover sustento para a criança, abandonando de vez os estudos. Ainda discutimos sobre as entrevistas de emprego, na qual somente as mulheres sofrem preconceito e abuso quando questionadas sobre vida pessoal, ciclo menstrual, se tem desejo de ser mãe. Esses questionamentos são motivos de se conseguir ou não a vaga. Ficamos de pesquisar empresas de Itajubá que aderiram ao Programa Pró-equidade salarial de Gênero e Raça. E por fim, observamos que na direção das escolas municipais de Itajubá, predomina mulheres, o que não ocorre na rede de ensino estadual, que é predominantemente masculino, apesar de que 80% dos professores serem do sexo feminino. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada por mim e pela presidente em exercício.



Andréa Aparecida Pereira

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher



Márcia Abranches Ozório

Secretária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher